

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Munição contra Xandão

A reportagem da *Folha de S.Paulo* sobre o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes usar a estrutura do Tribunal Superior Eleitoral fora do rito processual para investigar bolsonaristas será usada pelos políticos ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro para tentar abrir uma investigação parlamentar contra o ministro. A ideia é, mais à frente, emplacar a abertura de um processo de impeachment contra o ministro.

Pix é mais fácil

Entre os deputados e senadores, está claro que dar mais transparência às emendas Pix, aquelas de repasse fundo a fundo, não terá problemas. A dificuldade está nas emendas de comissão, para onde seguiu parte dos recursos do chamado orçamento secreto.

Cobrem dele

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deu uma resposta aos parlamentares petistas sobre a não-intervenção no câmbio que foi entendida pelos políticos como um recado para direcionar as cobranças a Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária. “As decisões são tomadas em conjunto”, disse, referindo-se à não intervenção, que contou com o apoio de diretor indicado pelo atual governo.

Queimou a largada

A história de nova eleição na Venezuela, sugerida por Lula, sequer foi discutida com os governos da Colômbia e México, os outros dois países que ainda mantêm um diálogo com o regime de Nicolás Maduro. No Itamaraty, essa tese não existe. Ali, continua a cobrança das tais atas com o resultado do pleito. Até agora não foram apresentadas.

A hora de Arthur Lira

Quem conhece a fundo o funcionamento da Câmara dos Deputados tem feito o seguinte alerta ao presidente Lula: Ganhará a presidência da Casa quem obtiver o apoio do atual presidente Arthur Lira. O deputado do PP de Alagoas conseguiu o que muitos tentam e não alcançam: ter poder para fazer o próprio sucessor. Lira juntou a oposição, um pedaço do governo e tem até no PT quem diga que é melhor Lula fazer um acordo com ele do que tentar lhe dar “chapéu” no plenário da Câmara.

Só tem um probleminha: O nome mais afinado com Arthur Lira hoje é o do líder do União Brasil, Elmar Nascimento, que encontra dificuldades em emplacar no governo. A depender do Planalto, o mais palatável é Marcus Pereira, do Republicanos. Hoje, porém, Pereira só chegará à vitória se obtiver o apoio de Lira, o que até agora não ocorreu. É esse xadrez que faz com que o presidente da Câmara espere um tempinho mais para anunciar quem apoiará à própria sucessão.



CURTIDAS

O encontro da Indústria/ O aniversário de 65 anos do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) veio com um discurso focado na criação de empregos, algo que soa como música para os ouvidos de qualquer governo. A ideia é criar, pelo menos, oito milhões de empregos nesse setor até 2026.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Um paulista no pedaço/ Antes do acidente que matou 62 pessoas, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, ainda tinha tempo para fazer política. Tanto é que levou o presidente do Republicanos, Marcus Pereira, para uma conversa com o ministro da Casa Civil, Rui Costa (foto).

Sem baianos/ Marcos Pereira é deputado por São Paulo, tem o que “entregar” ao governo em termos de votos evangélicos. Os baianos Antonio Brito (PSD) e Elmar Nascimento (União Brasil) são vistos como futuros concorrentes do ministro da Casa Civil no estado.

Entreguei tudo/ Ao colocar em votação o projeto que institui o comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o presidente da Câmara, Arthur Lira, deixa claro que cumpriu o acordo com o governo, de concluir a reforma tributária na Casa. Agora, o problema está com o Senado.

CASO MARIELLE

As alegações finais apresentadas pelos advogados do deputado no Conselho de Ética pedem o afastamento do mandato por seis meses. Eles argumentam que esse é o prazo do julgamento do cliente no STF, no qual será inocentado, acreditam

Brazão sugere ficar suspenso

» EVANDRO ÉBOLI

Nas alegações finais apresentadas ao Conselho de Ética, a defesa de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) pede aos conselheiros que troquem a possível cassação do parlamentar por uma pena de suspensão de seu mandato por seis meses, caso a ação não seja arquivada, desejo principal. Os advogados do deputado argumentam que esse é o tempo suficiente para que a ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF) contra Brazão esteja concluída e o veredicto conhecido. A aposta de seus defensores é que será absolvido na Corte.

“Caso houvesse tido tempo hábil para que o julgamento da ação penal ocorresse antes da

apreciação desta representação (no Conselho de Ética) certamente a declaração da inocência do deputado pelo STF faria com que a representação perdesse o sentido. Ocorre que, no caso presente, em que a representação tem por objeto os mesmos fatos da ação penal que tramita no STF, a cassação do mandato do parlamentar, que é um caminho sem volta, para além de constituir uma antecipação da culpa, poderá colocar a Câmara dos Deputados ao lado da injustiça após o término do processo criminal”, argumenta a defesa de Brazão nas alegações protocoladas no conselho no último 7 de agosto.

Para os quatro advogados que assinam a defesa do parlamentar, que está preso, a suspensão é

uma “providência cautelosa” a ser adotada pelo conselho. A representação contra Brazão deverá voltar à pauta do conselho ainda neste mês. A relatora do caso, deputada Jack Rocha (PT-ES), ainda não apresentou seu voto e tem até o próximo dia 19 como limite para protocolá-lo no colegiado.

“Dentro desse contexto, a suspensão do mandato por 6 meses se apresenta como uma providência cautelosa, na medida em que a Câmara, ao mesmo tempo em que se mostra atenta aos fatos imputados ao representante, aguardará as conclusões judiciais sobre as acusações para a adoção da extrema medida da cassação, permitindo ao deputado que exerça de maneira plena a sua defesa e comprove a sua inocência”, dizem os advogados.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Preso, o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) desqualifica o assassino confesso Ronnie Lessa

Na peça, a defesa do deputado tenta desqualificar as revelações feitas por Ronnie Lessa, assassino confesso da vereadora Marille Franco e de seu motorista Anderson Gomes, e aponta que há um “anseio” por responsabilizar Brazão. Em delação, Lessa apontou o deputado como um dos mandantes da morte da parlamentar.

“O legítimo anseio pela responsabilização dos autores do homicídio de Marielle e Anderson cedeu espaço à irracional crença de que Ronnie Lessa, homicida confesso, disse a verdade às autoridades, mas isso não decorre da credibilidade do delator, da comprovação de sua narrativa ou da lógica de sua versão, e sim

da ânsia de ver alguém responsabilizado”.

No entendimento de Brazão, há o grande risco de a Câmara, caso venha a cassá-lo, “dar credibilidade à mentirosa versão do assassino Ronnie Lessa, e posteriormente ter de lidar com o fardo de ter culpado um inocente”.

JUSTIÇA

Senado Federal/Divulgação



Por voltar a atacar o Judiciário, Do Val teve rede social bloqueada

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Aleandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou, ontem, novo bloqueio de uma rede social do senador Marcos Do Val (Podemos-ES), após o bolsonarista proferir uma série de ataques ao Judiciário brasileiro e ao próprio magistrado. Na mesma decisão, foi determinado o bloqueio de R\$ 50 milhões das contas bancárias do parlamentar.

Em postagens recentes, Do Val afirmou em um vídeo que “o cerco estava se fechando contra Moraes” e que iria acioná-lo em tribunais internacionais. No mês passado, o bolsonarista também usou as redes para criticar as investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. Ele chamou o delegado de Polícia Federal, Fábio Shor, de “capataz” do ministro e o acusou de cometer “violações contra a Constituição e os direitos humanos dos brasileiros”.

O senador chamou a decisão de Moraes de “arbitrária” e ressaltou que o bloqueio das contas é uma “afronta à dignidade”. “O que estamos vivenciando é uma flagrante contravenção e um desrespeito não apenas à minha pessoa, mas a todo o Senado Federal, que está sendo desmoralizado diante de uma medida arbitrária, que fere o princípio da dignidade humana e a própria essência da imunidade parlamentar”, escreveu o senador.

“Essa decisão, revestida de uma pena antecipada de caráter perpétuo, é absolutamente desproporcional e inconstitucional. A imposição de uma dívida de 50 milhões de reais é não apenas impossível de ser quitada, mas também representativa uma afronta à minha dignidade, não apenas como parlamentar, mas como ser humano. Nem em dez gerações seria possível pagar esse valor”, disse Do Val.